

PLANO ESTADUAL DAS **EMERGÊNCIAS** EM SAÚDE PÚBLICA DE GOIÁS (PESP-GO)



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde





Governador do Estado de Goiás

Daniel Elias Carvalho Vilela

Secretário de Estado da Saúde

Rasivel dos Reis Santos Júnior

Secretário-Adjunto de Estado da Saúde

Luciano de Moura Carvalho

Superintendente de Gestão Integrada

Thalles Paulino de Ávila

Subsecretário de Políticas e Ações em Saúde

Amanda Melo e Santos Limongi

Subsecretária de Vigilância em Saúde

Flúvia Pereira Amorim da Silva

Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura

Ana Carolina Rezende Abrahão

Plano de Emergência

Sumário

1. Introdução e Propósito.....	3
2. Emergências em Saúde Pública.....	4
3. Caracterização Territorial e Sanitária do Estado de Goiás	5
3.1 Dados Territoriais e Geográficos	5
3.2 Clima e Sazonalidade	5
4. Panorama do Sistema Único de Saúde.....	6
4.1 Inventário de Resposta Estratégica	8
4.2 Capacidade Laboratorial e Epidemiológica.....	9
4.3 Gestão de Leitos e Regulação.....	10
5. Sistema de Comando de Incidentes (SCI)	11
6. Gestão de Riscos.....	14
7. Etapas e Nível de Acionamento	16
8. Componentes	18
9. Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE)	19
10. Mapeamento Preliminar de Riscos.....	20
10.1 Ameaças Climáticas e Desastres Naturais	21
10.1.1 Impacto de Anomalias Climáticas Globais: El Niño e La Niña	21
10.2 Riscos Tecnológicos e Industriais	22
10.3 Vulnerabilidades Ambientais e o Agronegócio.....	23
10.4 Vulnerabilidades Socioeconômicas	23
10.5 Emergências por Doenças e Agravos Inusitados (Eventos de Saúde Pública de Etiologia Desconhecida).....	24
11. Avaliação Estratégica de Riscos (STAR)	25
11.1 Determinação das Ameaças Prioritárias.....	25
11.2 Avaliação de Probabilidade, Gravidade, Vulnerabilidade e Sazonalidade	27
11.3 Níveis de Ação e Classificação Institucional	32
12. Matriz de Lideranças	33
ANEXO	37



Metodologia de Preparação e Simulados para Eventos de Massa de Grande Porte	37
---	----

1. Introdução e Propósito

O Plano de Emergências da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (PEM-Goiás) constitui o marco regulatório e operacional para a gestão de riscos das emergências em saúde pública no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO).

Trata-se de um documento que é a base para atuação em situações de crise, fornecendo a base metodológica e operacional da qual todos os Planos de Contingência (PlaCon) específicos serão derivados.

Desta forma, garante-se que as equipes técnicas da SES-GO atuem de maneira integrada e oportuna diante de qualquer evento de interesse à saúde pública que ocorra em território goiano.

A complementação deste Plano será estabelecida pela implementação de protocolos e procedimentos específicos, além dos planos de contingência elaborados para as diversas tipologias.

2. Emergências em Saúde Pública

As emergências em saúde pública (ESP) impactam na morbimortalidade de uma população e por isso os gestores precisam estar preparados para uma resposta oportuna. A vulnerabilidade do território, seja social, econômica ou ambiental potencializa o risco dos efeitos das ESP na saúde da população, bem como nas ações e serviços de saúde prestados.

Uma emergência em saúde pública caracteriza-se como uma situação que demande o emprego urgente de medidas de prevenção, de controle e de contenção de riscos, de danos e de agravos à saúde pública em situações que podem ser epidemiológicas (surto e epidemias), de desastres (naturais ou tecnológicos), ou de desassistência à população.

Este documento está em consonância com as propostas da avaliação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e apresenta-se como um instrumento imprescindível de gestão, pois expressa as intenções e as ações a serem desenvolvidas.

As ações de preparação, alerta e resposta às emergências reduzem os impactos na saúde pública e a integração entre as esferas de gestão do Sistema Único de Saúde e a articulação com os diversos setores do governo torna-se fundamental para uma resposta oportuna.

3. Caracterização Territorial e Sanitária do Estado de Goiás

O Estado de Goiás, localizado estrategicamente na região Centro-Oeste do Brasil, apresenta características geográficas, climáticas e demográficas singulares que impactam diretamente o planejamento e a execução das políticas de saúde pública. A compreensão deste território é o primeiro passo para uma resposta eficiente a emergências e para a organização da rede assistencial.

3.1 Dados Territoriais e Geográficos

Com uma extensão territorial de aproximadamente 340.242 km², Goiás é o sétimo maior estado brasileiro em área. Limita-se ao norte com o estado do Tocantins, ao sul com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, ao leste com o estado da Bahia e Minas Gerais, e a oeste com o Mato Grosso, além de abrigar em seu território o Distrito Federal.

O estado está inserido quase em sua totalidade no bioma Cerrado, caracterizado por sua rica biodiversidade, extensos chapadões e relevo predominantemente plano a suavemente ondulado, o que favorece tanto a expansão do agronegócio quanto a necessidade de monitoramento de impactos ambientais e zoonoses.

3.2 Clima e Sazonalidade

O clima predominante é o Tropical Semiúmido, marcado por duas estações muito bem definidas, que ditam a sazonalidade dos agravos em saúde pública no estado:

- Verão (outubro a abril): Quente e chuvoso. Período de alerta máximo para o aumento da proliferação de vetores, refletindo no pico de incidência de arboviroses (Dengue, Zika, Chikungunya), além de riscos associados a enchentes e alagamentos.
- Inverno (maio a setembro): Frio e extremamente seco. A baixa umidade relativa do ar (que frequentemente atinge níveis críticos de emergência) e a alta incidência de queimadas no Cerrado provocam um aumento expressivo nos atendimentos por doenças respiratórias, cardiovasculares e alérgicas.

4. Panorama do Sistema Único de Saúde

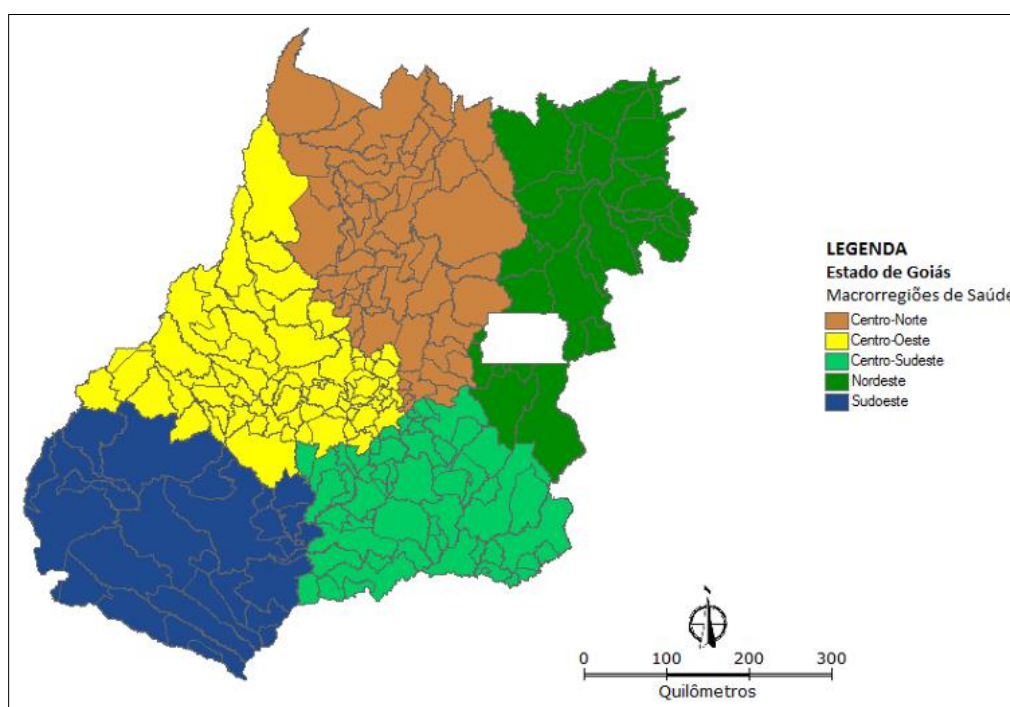
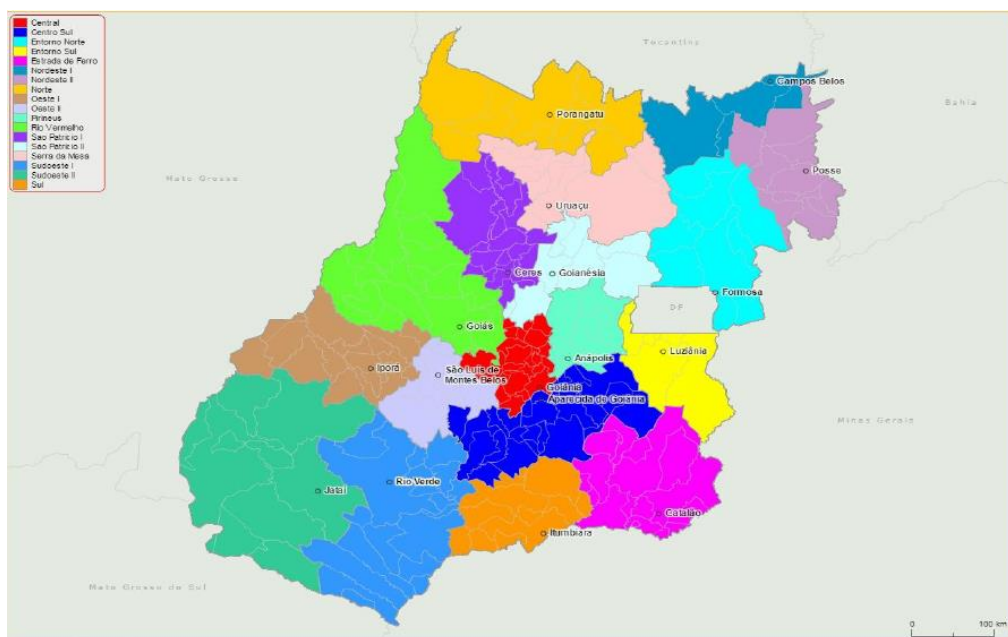
Para garantir o princípio da descentralização e a integralidade da assistência do Sistema Único de Saúde (SUS), o território goiano é organizado de forma a otimizar as redes de atenção primária e especializada. Essa organização é fundamental para a governança e para o rápido acionamento de fluxos de regulação durante as emergências.

A conformação sanitária do estado é estruturada em Macrorregiões e Regiões de Saúde, estabelecidas pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB/GO):

- Macrorregiões de Saúde (5): O estado é dividido em cinco grandes macrorregiões (Centro-Oeste, Centro-Norte, Nordeste, Sudoeste e Centro-Sudeste). Elas funcionam como polos de alta complexidade, garantindo que a população tenha acesso a leitos de UTI, hospitais de grande porte e

serviços especializados sem a necessidade de grandes deslocamentos até a capital, Goiânia.

- Regiões de Saúde (18): Abaixo das macrorregiões, o estado subdivide-se em 18 Regiões de Saúde. Estas regiões são agrupamentos de municípios limítrofes que compartilham identidades culturais, econômicas e sociais, além de infraestruturas de transporte. É nesta instância que ocorre o planejamento regionalizado, a pactuação de serviços de média complexidade e a vigilância em saúde de forma mais próxima à realidade dos municípios.



Essa estrutura em rede permite que, diante de um evento de massa ou qualquer evento de interesse à saúde pública, a resposta seja escalonada: a contenção inicial é feita na Região de Saúde afetada, com suporte imediato da Macrorregião correspondente, e o nível central acionado para apoio técnico e quando a capacidade instalada regional atinge seu limite.

4.1 Inventário de Resposta Estratégica

O planejamento logístico e o controle de estoques estratégicos da SES-GO, operacionalizados por meio de sua rede de suprimentos e Almoxarifado Central, são essenciais para garantir a sustentabilidade da assistência durante crises sanitárias.

- **Mapeamento e Abastecimento de Insumos Críticos:** O inventário estratégico baseia-se nas sazonalidades e cenários de risco mapeados no estado. É prioritária a manutenção de estoques de contingência que englobam kits de hidratação intensiva para o enfrentamento dos picos de arboviroses, bem como a garantia ininterrupta do suprimento de gases medicinais e broncodilatadores direcionados às síndromes respiratórias agravadas pelo período de estiagem e queimadas.
- **Soroterapia:** O planejamento e a dotação de insumos para este plano excluem a necessidade de ampliação emergencial de soros antivenenos, considerando que a rede estadual de soroterapia antiveneno já se encontra estruturada e em plena conformidade, atendendo satisfatoriamente às necessidades territoriais.
- **Mobilização Logística:** O inventário deve ser mantido sob monitoramento rigoroso para permitir a liberação e o transporte em tempo oportuno de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), medicamentos essenciais e insumos para as 5 Macrorregiões e 18 Regiões de Saúde, respeitando o escalonamento da resposta técnica.

4.2 Capacidade Laboratorial e Epidemiológica

A robustez na detecção e inteligência analítica do estado repousa sobre a atuação central do Laboratório Estadual de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros (LACEN-GO) em conjunto com as diversas áreas técnicas que também estão alinhadas ao Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) e o Centro de Inteligência Epidemiológica (CIE).

- **Vigilância Integrada e Tecnológica:** A capacidade epidemiológica da SES-GO é potencializada pelos padrões e sistemas estaduais de notificação. Estas ferramentas tecnológicas permitem a integração dos dados com o LACEN-GO, constituindo um pilar crucial para o monitoramento ágil, a vigilância em tempo real e a resposta oportuna aos surtos.
- **Diagnóstico e Investigação Avançada:** Diante de agravos inusitados ou emergências epidemiológicas de larga escala, o LACEN-GO concentra a capacidade técnica para processar amostras de alta complexidade e confirmar os agentes etiológicos. Paralelamente, o CIEVS fornece a inteligência epidemiológica contínua, analisando as notificações para fundamentar a tomada de decisão pelo Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE).

4.3 Gestão de Leitos e Regulação

A otimização da capacidade instalada da rede do SUS e a garantia de acesso equânime em situações de superlotação ou crise são coordenadas integral e diretamente pela SES-GO, por meio da Superintendência do Complexo Regulador em Saúde de Goiás (Complexo Regulador Estadual - CRE).

- **Regulação da Rede de Urgência:** O CRE atua como o eixo ordenador dos fluxos assistenciais. Ele integra as Centrais de Regulação de Urgência (incluindo o suporte pré-hospitalar do SAMU 192), o acolhimento nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs 24h) e o encaminhamento para a rede hospitalar de referência (leitos de enfermaria e UTI).
- **Priorização em Situações de Crise:** Em cenários que envolvem eventos de múltiplas vítimas, ou risco de desassistência, o protocolo estadual de regulação de internação e urgência define critérios de priorização estritos baseados na gravidade clínica. O sistema garante o monitoramento das vagas disponíveis de forma regionalizada, permitindo que a SES-GO adote transferências inter-

hospitalares rápidas e descompressão de portas de entrada para evitar o colapso localizado nas Macrorregiões afetadas.

5. Sistema de Comando de Incidentes (SCI)

O PEM está relacionado com o Plano Estadual de Saúde 2024-2027 visando sua interoperabilidade com as diretrizes e normativas já estabelecidas na Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

Ressalta-se que a atuação da SES-GO está baseada na metodologia do Sistema de Comando de Incidentes (SCI). Essa ferramenta de gestão para as ações de resposta, assim como está preconizado, desde 2008, para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBM-GO), garante o fortalecimento das ações intra e interestaduais no território goiano.

O Sistema de Comando de Incidentes (SCI) é uma ferramenta utilizada durante a gestão das emergências por diversos setores dos governos municipais, estaduais e federal. É uma estratégia internacional que visa padronizar uma estrutura organizacional comum para a resposta às emergências, eventos de massa ou qualquer outro tipo de incidente, facilitando a coordenação entre os diferentes órgãos.

O uso do SCI permite o controle sobre a segurança da equipe de resposta, e de todas as pessoas envolvidas, bem como as atingidas pelo incidente. Também permite um melhor monitoramento das ações realizadas visando o cumprimento do que foi planejado. Além disso, a ferramenta permite o uso eficiente dos recursos disponibilizados.

Uma característica importante para o SCI é sua flexibilidade para que seja utilizada desde incidentes com pouco impacto na comunidade, até eventos complexos, com ações integradas por diversos setores.

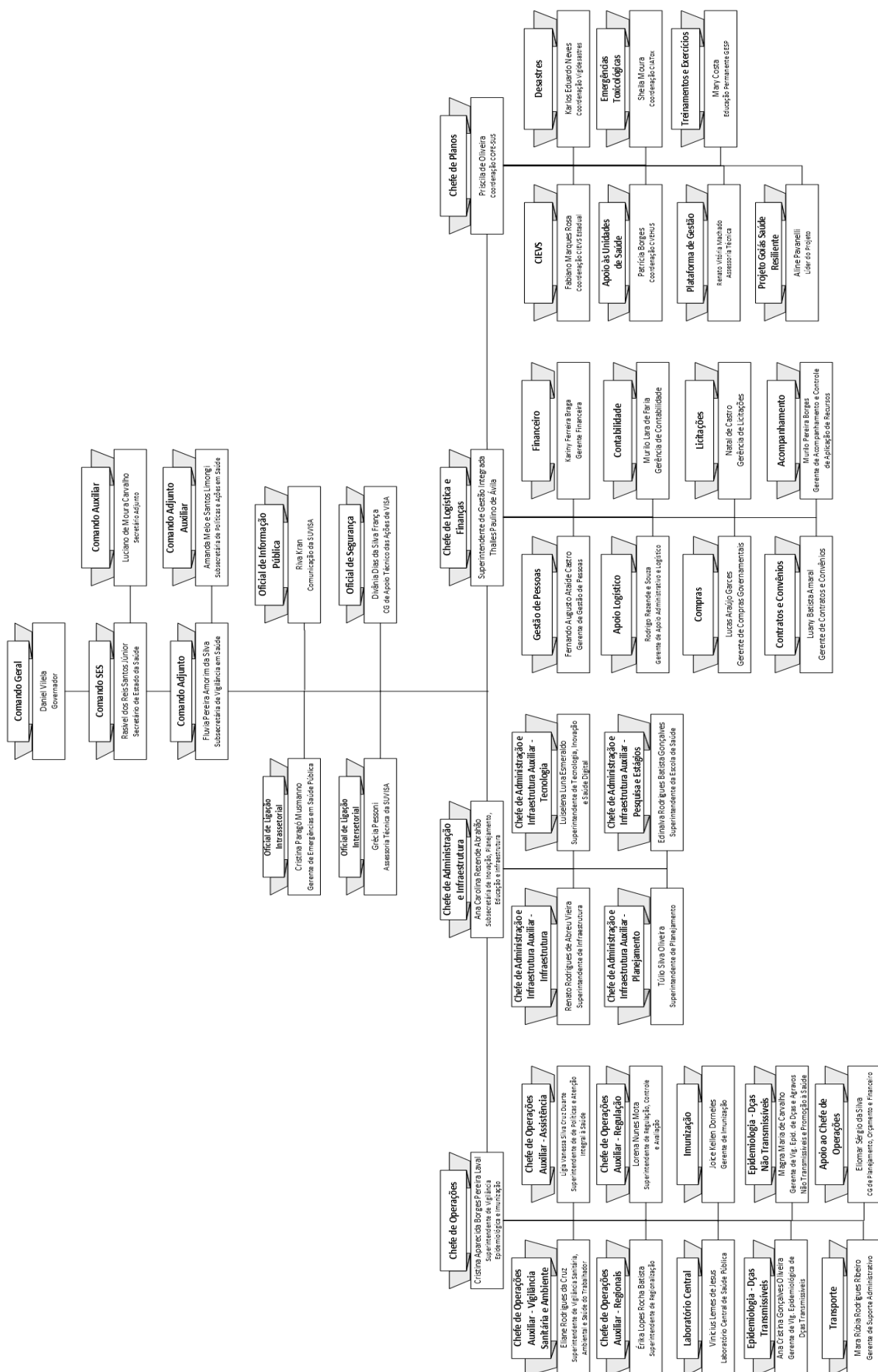
O SCI baseia-se em nove princípios que devem ser seguidos para maior eficiência do uso da ferramenta, a saber: 1) Terminologia comum: linguagem comum a ser utilizada por diversos setores durante uma emergência, assegurando integração intersetorial com equipes coordenadas; 2) Alcance de controle: cada equipe deverá possuir um líder que poderá estar à frente entre 3 até 7 pessoas, para que seja assegurada a chegada das informações de maneira rápida e fidedigna; 3) Organização modular: estará baseada na complexidade do incidente, porém, permite que as equipes de trabalho sejam acionadas ou não com facilidade; 4) Comunicação integrada: utilização de planejamento para comunicações, assegurando a possibilidade de compatibilidade entre sistemas, equipamentos, procedimentos, onde os diversos setores estão integrados numa resposta à um incidente; 5) plano de ação do incidente: documento que deverá ser desenvolvido de modo a subsidiar as equipes de resposta para o cumprimento das diretrizes para enfrentamento ao incidente; 6) Cadeia de comando: linha hierárquica na qual se organiza as autoridades durante a organização do gerenciamento de um incidente; 7) Comando unificado: embora possa haver apenas um comandante, o SCI permite que a resposta à um incidente seja por meio de um comando unificado, comando este que agrega o comando de todos os setores envolvidos na resposta e que possuem competências diversas; 8) Instalações padronizadas: instalações que devem possuir localização precisa, denominação comum e serem bem sinalizadas e em locais seguros e; 9) Gerenciamento integral dos recursos: inclui processos para categorização, solicitação, despacho, controle e otimização do emprego dos recursos, sejam eles recursos humanos, equipamentos, suprimentos e instalações disponíveis ou potencialmente disponíveis para serem utilizadas durante a resposta à um incidente.

A partir do que se é preconizado para o SCI, desde 2008 o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás - CBM-GO utiliza esta ferramenta de gestão para as ações de resposta aos incidentes. Com a implantação da Gerência de Emergências em Saúde Pública (GESP) na Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), o SCI tem sido aos poucos incorporado na gestão das Emergências em Saúde Pública (ESP), visando potencializar as ações intra e intersetoriais pela esfera estadual.

Com o fortalecimento do SCl como ferramenta na gestão das ESP é possível uma melhor articulação entre os setores do Governo do Estado de Goiás com a utilização da mesma estratégia, a partir de uma estruturação hierárquica funcional, coerente e altamente adaptável a qualquer magnitude, complexidade e tipologia da ESP.

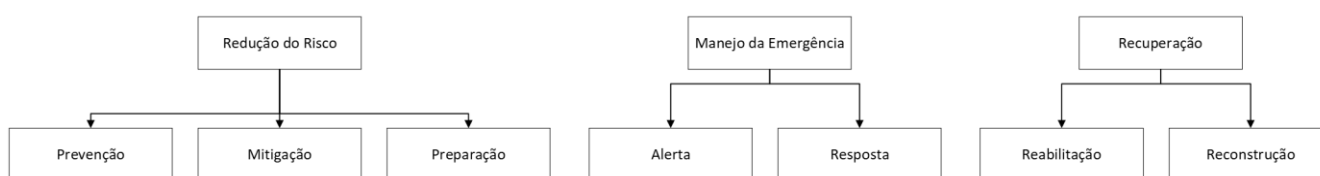
Além disso, é possível, entre outros impactos: reduzir os ruídos na comunicação entre as equipes e realizar o repasse das informações de maneira integrada; e com a constituição de uma cadeia de comando, único ou unificado, cumprir com as demandas de resposta aos eventos de interesse de saúde pública, de maneira eficiente e evitando duplicidade de comandos, e com manejo racional dos recursos.

A partir da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, e baseado nos princípios do SCl, foi elaborada uma proposta de cadeia de comando do SCl, visando atuação das diversas áreas técnicas e administrativas da SES-GO durante uma Emergência em Saúde Pública, de maneira a cumprir os princípios da ferramenta.



6. Gestão de Riscos

Assim como o detalhamento sobre o SCI, os pormenores sobre como se organiza a Gestão de Riscos das Emergências em Saúde na SES-GO, também estão identificados no PESP. Cabe enfatizar que as ações e serviços de saúde da SES-GO estão baseadas em três etapas, a saber: Redução do Risco, Manejo da Emergência e, Recuperação.



Na etapa de Redução do Risco são realizadas as atividades que se destinam a eliminar ou reduzir o risco, de maneira que se possa reduzir o impacto das ESP. O tema deve ser abordado intersetorialmente e de uma maneira pró-ativa e integral. As fases desta etapa são Prevenção, Mitigação e Preparação.

Já na etapa de Manejo da Emergência já se prevê a melhor forma de enfrentar o impacto das ESP que está na iminência de acontecer, e seus efeitos à saúde humana. Engloba também a execução das ações de resposta oportuna durante a ocorrência de uma ESP. As fases desta etapa são Alerta e Resposta.

E por fim, a etapa de Recuperação são realizadas as medidas que iniciam o processo de restabelecimento das condições de vida da comunidade afetada. Engloba dois grandes aspectos, um que tende a restabelecer os serviços básicos indispensáveis, num curto prazo e de forma transitória, e no segundo momento, direcionam-se as soluções permanentes e de longo prazo. A recuperação é uma oportunidade para desenvolver e aplicar as medidas de redução de risco das ESP futuras. As fases desta etapa Reabilitação e Reconstrução.

É importante ressaltar que após a fase de resposta, e ao final da etapa de Recuperação, ou desmobilização de qualquer Plano de Contingência, faz-se necessária a avaliação pós-evento.

É preciso que as equipes se reúnam para identificar lições aprendidas, aprimorar os processos de trabalho, bem como atualizar todo protocolo e fluxo visando melhorar as ações de alerta e resposta.

Além disso, após esta avaliação, é imprescindível a atualização do Plano de Contingência para que as próximas equipes possam ter um documento contendo uma referência adequada para as ações necessárias para resposta oportuna.

Ressalta-se que também é possível neste momento de atualização do Plano de Contingência, a realização de exercícios simulados para aprimorar e treinar ainda mais as equipes técnicas.

Desta maneira o ciclo da gestão das emergências em saúde pública torna-se constante à medida do aumento da resiliência e capacidade de resposta das equipes técnicas.



7. Etapas e Nível de Acionamento

Conforme proposto pelo Ministério da Saúde a definição dos níveis de ativação das estruturas organizacionais baseia-se na análise das diversas informações

disponíveis, incluindo as ameaças e vulnerabilidades, bem como a natureza e magnitude de cada tipologia de ESP (BRASIL, 2014; 2019; 2024).

Esses níveis de ativação referem-se, sobretudo, ao grau de apoio entre as esferas da gestão do SUS para o enfrentamento às ESP. Podem não ser ativados de maneira sequencial. A saber:

Nível 0 - A esfera local possui os recursos necessários para responder à ESP. A atividade de apoio restringe-se ao monitoramento e à orientação técnica a distância, bem como encaminhamento de insumos básicos necessários e de rotina.

Nível 1 - A ameaça é importante, porém o sistema local de saúde pode responder com os recursos de emergência disponíveis permanentemente. Pode haver mobilização e recursos adicionais e o apoio complementar, com possibilidade de envio de equipes ao território atingido.

Nível 2 - A ameaça é significativa e supera a capacidade de resposta local. Pode haver mobilização de recursos adicionais, aos já enviados no nível anterior, e o apoio complementar da esfera federal, com possibilidade de envio de equipes ao território atingido.

Nível 3 - A ameaça é de relevância nacional, com impacto sobre diferentes esferas da gestão do SUS, exigindo uma ampla resposta governamental. Numa excepcional gravidade, pode culminar numa declaração de Emergência em Saúde de Importância Nacional (ESPIN).

Muitos fatores podem influenciar a decisão de se reduzir a intensidade da resposta à ESP. Segundo o nível de ativação acionado, a gestão do SUS deverá considerar alguns critérios:

Desativação do nível I - A esfera local retomou sua capacidade de resposta ou o evento gerador da emergência foi encerrado.

Desativação do nível II - As equipes de resposta à ESP foram desmobilizadas e o risco está sob controle. A capacidade de resposta foi retomada ou o evento gerador da emergência foi encerrado.

Desativação do nível III - A ameaça foi controlada ou eliminada. Foram retomadas as capacidades de resposta ou o evento gerador da emergência foi encerrado. Quando for o caso, será declarado o encerramento da ESPIN.

8. Componentes

Cada Plano de Contingência conta com a descrição de ações e serviços sob responsabilidade de alguns componentes relacionados às áreas técnicas da SES-GO, a saber:

- Componente Gestão, Modelagem e Logística: afeto às áreas técnicas responsáveis pelo financiamento, orçamento, planejamento, infraestrutura e as ações sob competência da gestão da SES-GO propriamente dita.
- Componente Vigilância em Saúde: afeto às áreas técnicas pertencentes à Superintendência de Vigilância em Saúde.
- Componente Atenção Integral à Saúde: afeto às áreas técnicas pertencentes à Superintendência de Políticas e Atenção Integral à Saúde.
- Componente Regulação: afeto às áreas técnicas pertencentes à Superintendência de Regulação, Controle e Avaliação.
- Componente Regionais de Saúde: afeto às unidades administrativas descentralizadas da SES-GO localizadas nas 18 regiões de saúde sob coordenação da Gerência das Regionais de Saúde, visando

potencializar as ações integradas e articuladas das Regionais de Saúde com o nível central da SES-GO.

- Componente Comunicação: afeto a área técnica da Comunicação Setorial e a área de Comunicação da Superintendência de Vigilância em Saúde, visando realizar uma comunicação eficaz entre a SES-GO e a população goiana, de forma a tornar a informação transmitida pertinente, confiável e aceitável.

9. Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE)

O Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE) é uma estrutura organizacional que foi adotada na saúde na Rede Nacional de Emergência tendo como objetivo promover a resposta coordenada por meio da articulação e da integração dos atores envolvidos, sendo sua estruturação baseada no Sistema de Comando de Incidentes (SCI).

A estruturação COE permite o estabelecimento de uma equipe para definir estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública, por meio da análise dos dados e informações, subsidiando a tomada de decisão dos gestores e técnicos, sendo constituído por profissionais da Secretaria Estadual de Saúde, com competência para atuar na tipologia da emergência.

O Secretário de Estado da Saúde é o responsável pela ativação do COE, com base no parecer técnico conjunto emitido pela área técnica responsável pelo agravo, definindo o nível da emergência.

São responsabilidades do COE:

- Estabelecer o comando frente situação de emergência em saúde pública;

- Nortear a tomada de decisão nas ações de reposta, a partir da análise e avaliação de informações relevantes;
- Estabelecer prioridades de resposta;
- Coordenar operações iniciais e imediatas;
- Realizar a gestão financeira, logística e de pessoas;
- Preparar para as possibilidades de evolução do evento;
- Desenvolver a comunicação de risco para população e atores envolvidos;
- Produzir informações relevantes para os atores envolvidos;
- Articular com as diversas áreas da esfera municipal, estadual e federal envolvidas na resposta e com outras instituições e;
- Coordenar a avaliação pós-evento.

A decisão de desativação do COE é realizada quando a ameaça foi controlada ou eliminada e/ou foi retomada a capacidade de resposta da esfera municipal ou o evento gerador da emergência foi encerrado. Os critérios para desativação variam conforme a tipologia da emergência em saúde pública.

10. Mapeamento Preliminar de Riscos

O estado de Goiás apresenta um cenário de risco dinâmico e multifacetado, moldado por sua geografia no coração do bioma Cerrado, sua força no agronegócio e o rápido crescimento de seus polos urbanos. O gerenciamento dessas ameaças exige uma visão sistêmica que conecte os impactos ambientais diretamente à saúde pública e à segurança da população.

Abaixo, os principais eixos que compõem o mapeamento de riscos do estado:

10.1 Ameaças Climáticas e Desastres Naturais

A sazonalidade do clima goiano impõe dois cenários de risco extremos e opostos ao longo do ano:

- Período de Estiagem (maio a setembro): A drástica queda na umidade relativa do ar e a escassez de chuvas criam o ambiente ideal para incêndios florestais de grandes proporções. Além da devastação ambiental, as queimadas geram uma sobrecarga imediata no sistema de saúde devido ao agravamento de doenças respiratórias crônicas e agudas, especialmente em populações vulneráveis.
- Período Chuvoso (outubro a abril): Chuvas convectivas intensas provocam inundações, enxurradas e alagamentos rápidos, principalmente em bacias hidrográficas urbanizadas. Cidades com topografia acidentada ou com ocupação desordenada de encostas e margens de rios enfrentam também o risco de deslizamentos de terra.

10.1.1 Impacto de Anomalias Climáticas Globais: El Niño e La Niña

O clima predominante de Goiás, caracterizado pelas estações bem definidas de verão chuvoso e inverno seco, está sujeito a severas alterações decorrentes das anomalias climáticas globais do El Niño e da La Niña. O monitoramento meteorológico constante é essencial, pois esses fenômenos exigem a readequação imediata da Matriz de Sazonalidade das emergências em saúde:

- El Niño: Tende a intensificar e prolongar o período de estiagem no estado, elevando drasticamente o risco de incêndios florestais no bioma Cerrado e a queda crítica da umidade relativa do ar. Consequentemente, o sistema de saúde deve preparar-se para um aumento exponencial nas

demandas por descompensações respiratórias agudas e cardiovasculares, além de agravos relacionados à escassez hídrica.

- La Niña: Provoca um aumento expressivo no volume e na intensidade das chuvas convectivas durante o verão. Este cenário amplia a vulnerabilidade de áreas com ocupação desordenada, aumentando a probabilidade de inundações, enxurradas e deslizamentos de terra. Do ponto de vista epidemiológico, o excesso de chuvas potencializa a proliferação de vetores, criando o ambiente propício para surtos epidêmicos graves de arboviroses (Dengue, Zika e Chikungunya), além do aumento no risco de doenças de veiculação hídrica.

10.2 Riscos Tecnológicos e Industriais

A matriz econômica e a malha viária de Goiás introduzem vulnerabilidades tecnológicas severas:

- Mineração e Barragens de Rejeitos: Goiás é um dos maiores polos mineradores do Brasil (destaque para níquel, cobre, ouro e fosfato em municípios como Niquelândia, Catalão e Alto Horizonte). A presença de dezenas de barragens de rejeitos representa um risco tecnológico crítico. Um eventual rompimento causaria danos catastróficos, com perdas de vidas, contaminação de bacias hidrográficas fundamentais e interrupção do abastecimento de água.
- Transporte de Produtos Perigosos: Rodovias de escoamento nacional que cortam o estado, como a BR-153 e a BR-060, registram tráfego intenso de cargas perigosas (combustíveis, produtos químicos e agrotóxicos). Acidentes nessas vias representam alto risco de contaminação ambiental, explosões e exposição química.

- Polos Industriais: A concentração de indústrias farmacêuticas, químicas e de processamento de alimentos (como o DAIA em Anápolis) exige monitoramento constante contra vazamentos e acidentes industriais ampliados.

10.3 Vulnerabilidades Ambientais e o Agronegócio

Sendo uma potência agrícola (soja, milho, cana-de-açúcar) e de pecuária extensiva, o estado lida com externalidades que impactam o ecossistema e a saúde humana:

- Exposição a Agrotóxicos: A aplicação intensiva de defensivos agrícolas gera riscos de intoxicação aguda para trabalhadores rurais e contaminação crônica de mananciais hídricos e do solo, afetando populações rurais e urbanas próximas às lavouras.
- Desmatamento e Perda de Biodiversidade: O avanço da fronteira agrícola sobre o Cerrado altera os ciclos de chuva e reduz a resiliência do ecossistema frente às mudanças climáticas.
- Zoonoses e Epizootias: A convivência estreita entre fauna silvestre (devido à fragmentação de habitats), grandes rebanhos comerciais e assentamentos humanos aumenta a probabilidade de surtos de doenças zoonóticas.

10.4 Vulnerabilidades Socioeconômicas

O cenário de risco é amplificado pelas condições de vida da população:

- Expansão Urbana e Assentamentos Irregulares: O crescimento acelerado da Região Metropolitana de Goiânia e do Entorno do Distrito

Federal resultou em ocupações em áreas de risco (planícies de inundação e encostas), aumentando a suscetibilidade a desastres hidrológicos.

- Saneamento Básico e Doenças Endêmicas: Áreas com déficit em infraestrutura de água e esgoto estão mais propensas a surtos de doenças de veiculação hídrica (especialmente após enchentes) e à proliferação de vetores, mantendo a dengue, zika e chikungunya como emergências de saúde recorrentes.

10.5 Emergências por Doenças e Agravos Inusitados (Eventos de Saúde Pública de Etiologia Desconhecida)

Além das ameaças mapeadas historicamente, o território goiano possui características que exigem preparação contínua para o surgimento de doenças ou agravos inusitados, incluindo o risco de introdução de novos patógenos ou o fenômeno de *spillover* (salto zoonótico de patógenos de animais para humanos). Este risco é acentuado pela forte presença do agronegócio, intensa criação pecuária e a fragmentação dos habitats da fauna silvestre no Cerrado.

- Vigilância e Detecção: A identificação de um agravo inusitado (frequentemente referido na literatura de emergências como "Doença X") depende de uma rede de vigilância sindrômica altamente sensível, integrada aos serviços de Atenção Primária e Especializada. Mudanças inesperadas no perfil de morbimortalidade devem gerar alertas imediatos.

- Resposta e Investigação: Frente a um evento de saúde pública de importância envolvendo um agente desconhecido, o acionamento do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE) deve ocorrer de maneira precoce, em Níveis 2 ou 3. A resposta exigirá a mobilização rápida do Laboratório de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros (Lacen-GO) para investigações etiológicas e sequenciamento, implementação de medidas não farmacológicas de

contenção, e articulação irrestrita entre a SES-GO, o Ministério da Saúde e outras instâncias internacionais, visando mitigar a propagação comunitária antes mesmo da caracterização definitiva do agravo.

11. Avaliação Estratégica de Riscos (STAR)

A partir dos riscos já conhecidos pelo território, a Avaliação Estratégica de Riscos (STAR), ferramenta preconizada pela Organização Mundial da Saúde, consolida-se como o alicerce analítico indispensável para a governança e o planejamento em saúde no estado de Goiás. Ao quantificar sistematicamente a probabilidade de ocorrência e o impacto multifatorial das diversas ameaças no território goiano, a metodologia STAR operacionaliza os pilares de Preparação, Alerta e Resposta, baseando a tomada de decisão em evidências sólidas.

Essa abordagem permite alocar recursos logísticos e financeiros de forma adequada, fortalecendo a integração das ações das diversas áreas da Secretaria de Estado da Saúde com redes de vigilância fundamentais, como a Rede Nacional de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública (Rede VigiarSUS) e a Rede Nacional de Centros de Informação e Assistência Toxicológica (Renaciat), e garantindo que o Sistema Único de Saúde estadual atue de maneira antecipatória, articulada e altamente resiliente frente a qualquer emergência em saúde pública.

11.1 Determinação das Ameaças Prioritárias

A determinação das ameaças prioritárias — o primeiro e mais sensível passo da metodologia STAR — consiste na identificação sistemática e no filtro rigoroso dos eventos com real potencial para desencadear uma emergência em saúde pública. Neste estágio, o objetivo não é criar um inventário exaustivo de todos os perigos teóricos, mas

sim mapear e descrever cenários concretos que exigiriam a ativação de uma resposta coordenada das esferas estaduais e regionais.

Esta etapa atua como o alicerce prático dos pilares de Preparação, Alerta e Resposta. É ela que garante que a gestão foque sua inteligência epidemiológica e seus recursos logísticos exatamente naquelas ameaças que, devido às características climáticas, demográficas e econômicas do território goiano, possuem real capacidade de desestabilizar a rede assistencial e impactar a população.

1. Arboviroses (Dengue, Zika e Chikungunya)

- a. **Ameaça:** Cocirculação viral aguda favorecida pelo clima e urbanização.
- b. **Consequências:** Surtos epidêmicos, colapso de UPAs e aumento de letalidade.
- c. **População em Risco:** População urbana em todas as 18 Regiões de Saúde.

2. Queimadas e Seca Extrema

- a. **Ameaça:** Incêndios no bioma Cerrado e baixa umidade severa.
- b. **Consequências:** Surtos de doenças respiratórias agudas e descompensações crônicas.
- c. **População em Risco:** Crianças, idosos e populações rurais nas 18 Regiões de Saúde.

3. Inundações e Alagamentos

- a. **Ameaça:** Chuvas torrenciais e transbordamento de calhas urbanas/rurais.
- b. **Consequências:** Desabrigados, doenças de veiculação hídrica e acidentes com animais peçonhentos.
- c. **População em Risco:** Populações ribeirinhas e de áreas de vulnerabilidade social.

4. Desastres relacionados às Mineradoras e Indústrias

- a. **Ameaça:** Rompimento de barragens de rejeitos (ex: Niquelândia, Catalão) ou vazamentos/explosões em polos industriais (ex: DAIA em Anápolis, polos farmoquímicos).

- b. **Consequências:** Eventos com múltiplas vítimas (trauma/queimaduras), intoxicação química em massa e contaminação de bacias hidrográficas (ex: Bacia do Paranaíba/Araguaia).
- c. **População em Risco:** Trabalhadores industriais e populações residentes no raio de impacto.

5. Emergências Químicas por Agrotóxicos (Plantações)

- a. **Ameaça:** Exposição aguda e contaminação de mananciais devido à pulverização aérea e uso intensivo de defensivos agrícolas nas grandes lavouras de soja/milho.
- b. **Consequências:** Intoxicações exógenas coletivas, aumento crônico de morbidades neurológicas/oncológicas e contaminação da água de abastecimento público.
- c. **População em Risco:** Trabalhadores rurais, populações de pequenos municípios no cinturão do agronegócio (Principalmente Região Sudoeste).

6. Zoonoses e Surtos Agropecuários (Criação de Gado, Aves e Suínos)

- a. **Ameaça:** Surtos de doenças zoonóticas em áreas de confinamento intensivo (ex: Influenza Aviária de Alta Patogenicidade, Brucelose, Raiva, ou risco de *spillover* de novos patógenos).
- b. **Consequências:** Transmissão para trabalhadores de frigoríficos/fazendas, potencial risco de propagação comunitária e impacto econômico/nutricional devastador.
- c. **População em Risco:** Trabalhadores de frigoríficos, agropecuaristas, veterinários e populações do entorno de grandes granjas e confinamentos.

11.2 Avaliação de Probabilidade, Gravidade, Vulnerabilidade e Sazonalidade

A tabela abaixo sintetiza o cenário de risco para emergências em saúde pública no estado de Goiás, consolidando as ameaças mapeadas por meio da metodologia

STAR. O impacto final de cada evento não é ditado apenas pela sua chance de ocorrer, mas pela interação complexa entre a gravidade intrínseca da ameaça, as vulnerabilidades do território e a capacidade de resposta instalada no Sistema Único de Saúde (SUS) estadual.

A partir desta análise estruturada, podemos extrair as seguintes diretrizes estratégicas:

- **Risco Crítico (Baixa Probabilidade, Altíssimo Dano):** Os desastres envolvendo Indústrias e Mineração representam o único risco classificado como Crítico no estado. Embora sejam eventos estatisticamente improváveis (raros), a combinação de uma gravidade extrema (potencial para múltiplas vítimas e contaminação ambiental severa) com uma capacidade de resposta imediata classificada como baixa no setor saúde local eleva o impacto ao nível máximo de alerta.
- **Risco Grave (Alta Probabilidade, Alto Dano):** As Arboviroses e as emergências relacionadas a Agrotóxicos exigem atenção máxima da gestão. Elas configuram um impacto Grave porque unem uma probabilidade de ocorrência altíssima (sendo eventos quase certos ou muito prováveis devido à sazonalidade e ciclos de safra) a uma alta vulnerabilidade populacional e alta gravidade clínica.
- **Risco Moderado e Baixo:** Eventos de ocorrência quase certa, como o ciclo anual de Queimadas e Seca, resultam em um impacto Moderado no sistema como um todo, assim como o risco de surtos de Zoonoses. As Inundações, apesar de prováveis durante o verão, geram um impacto em saúde pública classificado como Baixo. Isso ocorre não por falta de risco, mas porque a forte capacidade de enfrentamento do estado (através da pronta resposta da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros) mitiga drasticamente as consequências para a rede de saúde.

Em suma, esta matriz não serve apenas como um diagnóstico, mas como o balizador prático da SES-GO. Ela indica claramente que os esforços imediatos de

planejamento, dotação orçamentária prévia e estruturação de Planos de Contingência devem focar prioritariamente na contenção das arboviroses, na mitigação de intoxicações agroindustriais e no preparo para acidentes tecnológicos de grandes proporções.

Ameaça	Probabilidade (Frequência)	Gravidade	Vulnerabilidade	Capacidade de Resposta	Impacto Final
Arboviroses	Quase Certo ($\geq 95\%$) (Recorrente, pico chuvoso)	Alta	Alta	Moderada	GRAVE
Queimadas/ Seca	Quase Certo ($\geq 95\%$) (Perene, pico seco)	Moderada	Alta	Moderada	MODERADO
Inundações	Provável (30 - 69%) (Frequente, verão)	Baixa	Moderada	Alta	BAIXO
Indústrias/Mineração	Improvável (5 - 29%) (Raro, s/ sazonalidade)	Muito Alta	Muito Alta	Baixa	CRÍTICO
Agrotóxicos (Lavouras)	Muito Provável (70 - 94%) (Recorrente, safras)	Alta	Alta	Moderada	GRAVE
Zoonoses (Pecuária)	Improvável (5 - 29%) (Raro/Aleatório)	Alta	Moderada	Alta	MODERADO

O quadro abaixo apresenta a Matriz de Risco Estratégica, o produto visual e analítico final da metodologia STAR. Ele cruza a probabilidade de ocorrência de uma ameaça com o seu impacto final estimado no sistema de saúde. Esta matriz é a principal ferramenta direcional para a priorização de ações, elaboração de Planos de Contingência e alocação de recursos.

Através da distribuição das ameaças nos quadrantes, podemos identificar claramente as prioridades de atuação governamental:

- Zona de Alerta Máximo (Alta Probabilidade e Alto Impacto): Concentradas nos níveis "Grave", destacam-se as emergências por Agrotóxicos ("Muito Provável") e as Arboviroses ("Quase Certo"). Por serem eventos de alta recorrência e com forte capacidade de sobrecarregar a rede assistencial, exigem da SES-GO a manutenção de COEs permanentemente ativos, dotação orçamentária contínua e mobilização constante das redes de vigilância epidemiológica.

- **Eventos Catastróficos (Baixa Probabilidade, Impacto Extremo):** O risco de desastres envolvendo Indústrias/Mineração posiciona-se isolado no nível "Crítico". Embora seja classificado como "Improvável", o potencial de devastação súbita e o alto número de vítimas exigem protocolos de prontidão cirúrgicos e treinamentos para cenários de trauma em massa.
- **Ameaças Sazonais e de Monitoramento Contínuo:** Eventos como Queimadas/Seca (ocorrência quase certa, mas impacto absorvível pela rede), Inundações (prováveis, porém de impacto baixo para o setor saúde devido à atuação da Defesa Civil) e Zoonoses (improváveis e de impacto moderado) situam-se em zonas de risco gerenciável. Para estes casos, o Estado atua com inteligência preventiva, monitoramento sazonal e forte articulação intersetorial, garantindo a preparação sem o esgotamento imediato dos fundos de emergência.

Em suma, a matriz traduz a complexidade epidemiológica e ambiental do território goiano em diretrizes operacionais claras, indicando exatamente onde o Estado deve concentrar sua capacidade de resposta imediata e onde deve focar na mitigação preventiva.

PROBABILIDADE ↓ / IMPACTO →	CRÍTICO	GRAVE	MODERADO	BAIXO	INSIGNIFICANTE
Muito Improvável (≤ 5%)					
Improvável (5% - 29%)	Indústrias/Mineração		Zoonoses (Pecuária)		
Provável (30% - 69%)				Inundações	
Muito Provável (70% - 94%)		Agrotóxicos (Lavouras)			
Quase Certo (≥ 95%)		Arboviroses	Queimadas/Seca		

A imagem abaixo refere-se à Matriz de Sazonalidade, uma ferramenta fundamental de alerta precoce e planejamento logístico estruturada ao longo da aplicação da metodologia STAR. Este cronograma visual mapeia o comportamento temporal das principais ameaças à saúde pública no estado de Goiás, detalhando o nível de risco (de baixo a máximo) mês a mês, ao cruzar a probabilidade de ocorrência com os ciclos climáticos, hidrológicos e econômicos do território.

Para a gestão governamental e operacionalização do Centro de Operações de Emergências (COE-GO), esta tabela atua como um verdadeiro calendário estratégico de mobilização. Ela evidencia de forma clara as janelas críticas de atuação para o Sistema Único de Saúde (SUS) estadual:

- Picos do Período Chuvoso (dezembro a março): Marcados em vermelho para Arboviroses e Inundações, exigem que os leitos de hidratação, insumos para controle vetorial e equipes de resposta a desastres da Defesa Civil estejam plenamente mobilizados *antes* da virada do ano.
- Picos do Período de Seca (julho a setembro): O alerta máximo desloca-se para as Queimadas, indicando o momento exato em que a rede hospitalar sofrerá pressão por síndromes respiratórias e precisará de estoques reforçados de oxigênio e broncodilatadores.
- Ciclos Econômicos e Contínuos: Fica evidente como os riscos ligados a Agrotóxicos acompanham os calendários intensivos das safras de verão, enquanto ameaças como Indústria/Mineração e Zoonoses mantêm um nível de atenção constante (amarelo/laranja) ao longo do ano, independentemente do clima.

Na prática, a importância deste quadro reside na capacidade de transformar a Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) de um órgão reativo para uma instituição antecipatória. Ao visualizar exatamente quando o risco atingirá seu ápice sazonal, a gestão pode iniciar processos licitatórios, capacitações de equipes e desbloqueio de fundos emergenciais com meses de antecedência, garantindo que a resposta esteja pronta antes mesmo que a crise se instale.

Ameaça	Sazonalidade											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Arboviroses	MÁXIMA	MÁXIMA	MÁXIMA	ALTA	MODERADA	BAIXA	BAIXA	BAIXA	MODERADA	ALTA	ALTA	MÁXIMA
Queimadas	BAIXA	BAIXA	BAIXA	BAIXA	MODERADA	ALTA	MÁXIMA	MÁXIMA	MÁXIMA	MODERADA	BAIXA	BAIXA
Inundações	MÁXIMA	MÁXIMA	ALTA	MODERADA	BAIXA	BAIXA	BAIXA	BAIXA	BAIXA	MODERADA	ALTA	MÁXIMA
Agrotóxicos	MÁXIMA	MÁXIMA	ALTA	BAIXA	BAIXA	BAIXA	BAIXA	MODERADA	ALTA	MÁXIMA	MÁXIMA	MÁXIMA
Zoonoses	MODERADA	MODERADA	MODERADA	MODERADA	ALTA	ALTA	ALTA	MODERADA	MODERADA	MODERADA	MODERADA	MODERADA
Indústria/Mineração	ALTA	ALTA	ALTA	MODERADA	MODERADA	MODERADA	MODERADA	MODERADA	MODERADA	MODERADA	ALTA	ALTA

11.3 Níveis de Ação e Classificação Institucional

O quadro "Níveis de Ação e Classificação Institucional" atua como o manual de governança prática da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) decorrente da avaliação estratégica. Ele traduz os riscos mapeados em obrigações operacionais claras, definindo o gatilho institucional e exatamente como a gestão deve se mobilizar para cada categoria de ameaça.

Nível de Risco Combinado	Ameaças Enquadradas (Por Eixo Temático)	Gatilho Institucional
EXTREMA PRIORIDADE	Arboviroses Agrotóxicos Indústrias/Mineração	Ação Imediata: Exige Planos de Contingência Específicos prontos, dotação orçamentária bloqueada no Fundo de Emergência, formação de Força-Tarefa e rotinas de simulação de Múltiplas Vítimas (polos industriais) e Intoxicação em Massa (pólos agro).
ALTA PRIORIDADE	Queimadas e Seca	Atenção Gerencial: Logística preventiva para hospitais (suprimento de gases medicinais e inaladores) e campanhas de comunicação de risco para populações vulneráveis nos meses de seca.
MÉDIA PRIORIDADE	Zoonoses	Integração Intersetorial: Manter protocolo conjunto (One Health/Saúde Única) entre SES-GO, Agrodefesa e Ministério da Agricultura. Monitoramento ativo.
MONITORAMENTO	Inundações	Suporte Regional: Resposta descentralizada liderada pela Defesa Civil, com apoio do Vigidesastres e Vigilância Ambiental para mitigação de agravos pós-desastre.

A estrutura categoriza a resposta governamental em quatro eixos:

- **Extrema Prioridade (Ação Imediata):** Engloba as arboviroses, os riscos com agrotóxicos e as emergências em indústrias e mineração. Para estes eventos críticos, é mandatória a existência de Planos de Contingência Específicos prontos, dotação orçamentária bloqueada no Fundo de Emergência, formação de força-tarefa e a realização de simulados de preparação para múltiplas vítimas e intoxicação em massa.
- **Alta Prioridade (Atenção Gerencial):** Focada nas queimadas e secas, estabelece a necessidade de logística preventiva. O estado deve garantir previamente o suprimento de gases medicinais e inaladores para a rede hospitalar, além de focar fortemente em campanhas de comunicação de risco voltadas para as populações vulneráveis durante os meses críticos.
- **Média Prioridade (Integração Intersetorial):** Voltada para o risco de zoonoses, exige a aplicação prática do conceito de Saúde Única (*One Health*). A resposta depende de um protocolo conjunto e monitoramento ativo englobando a SES-GO, a Agrodefesa e o Ministério da Agricultura.
- **Monitoramento (Suporte Regional):** Direcionado às inundações, define uma estratégia descentralizada. A liderança da resposta primária é da Defesa Civil, cabendo ao setor saúde, por meio do Vigidesastres e Vigilância Ambiental, o apoio técnico para mitigar os agravos sanitários que surgem no período pós-desastre.

Em resumo, este quadro encerra o ciclo de avaliação convertendo teoria epidemiológica em ação gerencial. Ele garante que não haja imprevistos na SES-GO, fornecendo um direcionamento objetivo sobre quais medidas operacionais, intersetoriais e financeiras devem ser ativadas para proteger a saúde pública estadual.

12. Matriz de Lideranças

A estrutura de governança da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) é desenhada para garantir a cadeia de comando, o controle operacional e a rápida

tomada de decisões, elementos cruciais para a gestão de emergências em saúde pública. O organograma de cargos e ocupantes reflete uma hierarquia estratégica que parte do Gabinete do Secretário — responsável pela articulação política e diretrizes macrorregionais —, desdobrando-se em Subsecretarias e Superintendências técnicas especializadas, como a Subsecretaria de Vigilância em Saúde (SUvisa). Esta conformação assegura que, em situações de crise ou acionamento do Centro de Operações de Emergências (COE), as responsabilidades estejam claramente delineadas, desde a emissão de alertas epidemiológicos até a mobilização de recursos logísticos e assistenciais na rede hospitalar.

Setor / Cargo	Nome do Ocupante	Telefone	E-mail
Secretário de Estado da Saúde	Rasível dos Reis Santos Júnior	(62) 3201-2444	rasivel.santos@goias.gov.br
Secretário-Adjunto	Luciano de Moura Carvalho	(62) 3201-3471	luciano.carvalho@goias.gov.br
Procuradoria Setorial	Carolina Correia Campelo	(62) 3201-3737	procset.saude@goias.gov.br
Comunicação Setorial	Iara Silva Lourenço	(62) 3201-3420	iara.lourenco@goias.gov.br
Comissão Intergestores Bipartite (CIB)	Lirce Lamounier	(62) 3201-2453	lirce.lamounier@goias.gov.br
Conselho Estadual de Saúde (Presidência)	Walter da Silva Monteiro	(62) 3201-4260	conselhosaudegoias@goias.gov.br
Subsecretária de Vigilância em Saúde	Flúvia Pereira Amorim da Silva	(62) 3201-3933	fluvia.silva@goias.gov.br
Gerente de Suporte Administrativo	Mara Rúbia Rodrigues Ribeiro	(62) 3201-4435	mara.rribeiro@goias.gov.br
Direção Geral LACEN-GO (Laboratório Estadual)	Vinicius Lemes da Silva	(62) 3201-3882	vinicius.silva@goias.gov.br
Superintendente de Vigilância Epidemiológica e Imunização	Cristina Aparecida Borges Pereira Laval	(62) 3201-7793	cristina.laval@goias.gov.br
Gerente de Emergências em Saúde Pública	Cristina Luiza D. P. Paragó Musmanno	(62) 3201-6459	gesp.suvisa@goias.gov.br
Gerente de Vigilância Epidemiológica do Doenças Transmissíveis	Ana Cristina Gonçalves de Oliveira	(62) 3201-2685	ana.coliveira@goias.gov.br
Gerente de Imunização	Joice Kellen S. S. Nogueira Dorneles	(62) 3201-7888	joice.dorneles@goias.gov.br
Gerente Vigilância Epidemiológica de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção à Saúde	Magna Maria de Carvalho	(62) 3201-7874	magna.carvalho@goias.gov.br

Superintendente de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador	Eliane Rodrigues da Cruz	(62) 3201-3858	eliane.cruz@goias.gov.br
Gerente de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador	Kátia Martins Soares	(62) 3201-6021	katia.msoares@goias.gov.br
Gerente de Vigilância Sanitária	Morgana Souto de Souza Pedrosa	(62) 3201-3909	suvisa.gvs@goias.gov.br
Subsecretária de Políticas e Ações em Saúde	Amanda Melo e Santos Limongi	(62) 3201-3731	amanda.limongi@goias.gov.br
Gerência de Humanização	Luciana Gomes de Paula Fabelicio	(62) 3201-3471	luciana.fabelicio@goias.gov.br
Superintendente de Regulação, Controle e Avaliação	Lorena Nunes Mota	(62) 3201-3706	lorena.mota@goias.gov.br
Gerente de Regulação de Cirurgias Eletivas	Renata Tavares Lopes Alves	(62) 3201-4987	renata.tavares@goias.gov.br
Gerente de Regulação de Exames e Consultas	Bruna de Castro Fernandes	(62) 3201-4975	bruna.fernandes@goias.gov.br
Gerente de Regulação e Ações de Urgência	Danielly Silvestre Bitencourt e Castro	(62) 3201-3715	danielly.castro@goias.gov.br
Gerente de Regulação de Internações	Daniele Marcelino Costa	(62) 3201-7666	daniele.mcosta@goias.gov.br
Gerente de Processamento da Produção	Junelle Paganini Lopes	(62) 3201-2489	junelle.lopes@goias.gov.br
Gerência de Transplantes	Katiuscia Christiane Freitas	(62) 3201-3956	transplantes.saude@goias.gov.br
Superintendente de Políticas e Atenção Integral à Saúde	Lígia Vanessa Silva Cruz Duarte	(62) 3201-7027	ligia.duarte@goias.gov.br
Gerente de Atenção Especializada	Roberta Leão Mesquita	(62) 3201-7886	roberta.mesquita@goias.gov.br
Gerente de Assistência Farmacêutica	Gysella Santana Honório de Paiva	(62) 3201-2657	gysella.paiva@goias.gov.br
Gerente de Atenção Especializada	Roberta Leão Mesquita	(62) 3201-7886	roberta.mesquita@goias.gov.br
Gerente de Saúde Mental	Nathalia dos Santos Silva	(62) 3201-5502	nathalia.ssilva@goias.gov.br
Gerente de Atenção Primária	Amanda Caroline da Silva Faria	(62) 3201-7028	amanda.faria@goias.gov.br
Gerente de Atenção às Populações Específicas	Maria José Vieira de Sena	(62) 3201-8116	gerpop.saude@goias.gov.br
Superintendente de Regionalização	Érika Lopes Rocha Batista	(62) 3201-3775	superre.saude@goias.gov.br
Gerente de Articulação Interfederativa	Sônia Cristina Moreira Issler	(62) 3201-3925	geai.saude@goias.gov.br
Gerente das Regionais de Saúde	Naianny Jonas Fogaça de Souza	(62) 3201-3740	gerenciaregionais.saude@goias.gov.br
Superintendente de Gestão Integrada	Thalles Paulino de Ávila	(62) 3201-3721	thalles.avila@goias.gov.br

Gerente de Compras Governamentais	Lucas Araújo Garces	(62) 3201-3755	lucas.garces@goias.gov.br
Gerente de Apoio Administrativo e Logístico	Rodrigo Rezende e Souza	(62) 3201-4250	rodrigo.souza@goias.gov.br
Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura	Ana Carolina Rezende Abrahão	(62) 3201-4908	ana.abrahao@goias.gov.br
Superintendente de Planejamento	Túlio Silva Oliveira	(62) 3201-3593	tulio.oliveira@goias.gov.br
Superintendente da Escola de Saúde de Goiás	Edinalva Rodrigues Batista Gonçalves	(62) 3201-3410	edinalva.goncalves@goias.gov.br
Superintendente de Infraestrutura	Renato Rodrigues de Abreu Vieira	(62) 3201-3850	renato.vieira@goias.gov.br
Superintendente de Tecnologia, Inovação e Saúde Digital	Luiselena Luna Esmeraldo	(62) 3201-7763	luiselena.esmeraldo@goias.gov.br

ANEXO

Metodologia de Preparação e Simulados para Eventos de Massa de Grande Porte

Este anexo estabelece as diretrizes operacionais para o treinamento das equipes de resposta da SES-GO frente a Incidentes com Múltiplas Vítimas (IMV) em eventos de grande porte, consolidando as etapas de validação dos Planos de Contingência.

Fase de Alinhamento Estratégico: Simulado de Mesa

O Simulado de Mesa (*Tabletop Exercise*) tem como foco a gestão, a tomada de decisão e a comunicação intersetorial sem a mobilização física de recursos.

- Cronograma Padrão: Deve ser executado com antecedência estratégica ao evento principal.
- Objetivos Setoriais: Validar a matriz de risco da saúde pública, testar o fluxo de acionamento do Sistema de Comando de Incidentes (SCI) e definir a capacidade de absorção da rede hospitalar e de regulação.
- Público-Alvo: Gestores da SES-GO, lideranças da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, SAMU e diretores de unidades de referência.

Fase de Validação Tática: Simulado Realístico

O Simulado Realístico mobiliza infraestrutura, viaturas, profissionais e figurantes *in loco* para testar a logística em tempo real, sob estresse operacional.

- Execução Prática: Deve ocorrer no próprio local de risco.
- Focos de Avaliação:
 - Eficácia do método de triagem (ex: START) em área quente e morna.
 - Tempo resposta de deslocamento das ambulâncias e motolâncias.
 - Comunicação via rádio entre o Posto de Comando Médico Avançado e a Central de Regulação.
 - Logística de distribuição de insumos estratégicos para múltiplas vítimas.

Prontidão Operacional: O Evento Principal

As fases anteriores garantem que o Centro de Operações de Emergência (COE) e as redes assistenciais operem sem imprevistos durante o período de maior risco.

- Mobilização: A aplicação desta metodologia sequencial assegura a retaguarda técnica e logística, como a estruturada para o evento de massa de grande porte.
- Desmobilização e *Debriefing*: Todo evento de massa deve ser seguido por uma reunião de avaliação pós-ação para retroalimentar e atualizar esta metodologia.